

## Da metrópole como estratégia desenvolvimentista à metrópole como sobrevida do capitalismo\*

### Introdução

Crises profundas marcaram as derradeiras décadas do século XX, mas nada indicava uma agonia do capital, que se renovava acelerando sua centralização, fazendo emergir com força hercúlea os grandes grupos econômicos.

Aprofundaram-se as relações sociais de produção capitalista tangidas por estratégias inovadoras de precarização do trabalho, acelerou-se a mobilidade territorial do capital e todas as esferas da vida acabaram subjugadas mais intensamente ao capital.

Nas diversas estratégias de prolongamento da dinâmica capitalista, a metrópole se colocou como pedra angular dos novos tempos que se anunciavam. Ela, que já havia sido um elemento estratégico nas políticas nacionais de caráter desenvolvimentista, considerada como importante polo de desenvolvimento, se apresentava agora com toda potência de se constituir numa das possibilidades da sobrevida do capitalismo.

Essa transição, entre o momento que a metrópole se coloca estratégica para os planos e políticas de governo, numa fase de projeto nacional desenvolvimentista, e o momento em que se apresenta com a virtualidade de se constituir numa sobrevida do capitalismo, que se expressa na sua própria transformação, é o tema desse texto. Primeiramente, discutimos como as políticas nacionais de caráter desenvolvimentista consideraram a metrópole e, em seguida, refletimos sobre as transformações havidas na

\* Publicado originalmente em PEREIRA, Paulo Cesar Xavier; Hidalgo, Rodrigo (Orgs.). *Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana en America Latina*. Santiago: PUC-Chile, 2008. p. 41-54.

metrópole no contexto da globalização como produto de uma estratégia de sobrevivência do capitalismo contemporâneo.

## **A metrópole no contexto das políticas desenvolvimentistas**

Os anos 60 e 70 do século XX foram marcados por políticas nacionais de caráter desenvolvimentista assentadas na ideia de modernização e de planejamento territorial. Entre as várias posições relativas ao planejamento, sem dúvida nenhuma foram os paradigmas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que mais influenciaram os projetos de desenvolvimento na América Latina. Dentre esses cabe destacar a ênfase dada ao papel do Estado, que se coloca como o principal agente de implementação das reformas sociais e que faz do planejamento governamental o principal instrumento de intervenção na sociedade.

No Brasil, vivia-se uma acelerada urbanização e a economia apresentava expressivo crescimento industrial. Em 1970, pela primeira vez o país apresentou taxa superior de população urbana em relação à rural (55,8%) e, entre 1960 e 1970, o produto industrial brasileiro apresentou crescimento de 83%<sup>1</sup>. Essas acelerações se deram num contexto de ditadura militar no qual o poder político centralizado orientava as políticas de desenvolvimento, inclusive urbanas e regionais. Pela primeira vez na história brasileira o governo federal se propunha a dirigir e controlar o desenvolvimento urbano e regional fazendo das políticas públicas o principal instrumento de sua intervenção.

Isso não quer dizer que anteriormente não houvesse preocupação com a dinâmica urbana e regional. Longe disso, essa preocupação foi uma constante na ação política, quer da metrópole portuguesa no período colonial, quer do Estado brasileiro desde sua gênese. O que difere, no período em questão, é que a preocupação com o desenvolvimento urbano e regional se coloca como uma questão do Estado, uma questão nacional a ser resolvida diretamente pela intervenção do governo federal e que fez com que este colocasse a política urbana e regional como elemento estruturador das po-

<sup>1</sup> Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

líticas públicas daquele momento. Essa é a diferença marcante.

A orientação das políticas públicas pelo regime militar se fez acompanhar da criação de novos organismos governamentais como instrumentos de implementação e operacionalização das políticas urbanas e regionais. Dentre esses cabe destacar a SERFHAU (Secretaria Federal da Habitação e do Urbanismo), de 1964, responsável pelas políticas urbanas e agente financiador dos planos diretores para as cidades mais importantes do país. Também, é preciso lembrar do BNH (Banco Nacional da Habitação), desse mesmo ano, voltado para a construção e para o financiamento de habitações.

A SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), criada em 1959, que objetivava promover o desenvolvimento da região Nordeste, a região mais pobre do país, foi redimensionada e recebeu atenção especial.

Nos anos 1970 o governo federal formulou vários planos de ação, cabendo destacar os Planos Nacionais de Desenvolvimento; o primeiro, compreendendo o período de 1972 a 1974 e, o segundo, de 1975 a 1979. Por meio desses planos, o governo, de um lado, procurou desenvolver sua política urbana voltada para o equacionamento dos transportes, saneamento e habitação. De outro lado, buscou promover a descentralização econômica frente a uma realidade que apresentava extrema concentração das atividades industriais no sudeste do território brasileiro. A busca pela descentralização econômica tinha como objetivo não só alavancar o desenvolvimento do Nordeste, mas, também, intensificar a ocupação territorial do Centro-Oeste e da Amazônia, que apresentavam baixa densidade populacional e pequena participação na riqueza gerada.

Os principais órgãos de governo do país traçaram objetivos e ações buscando orientar o desenvolvimento urbano e regional. Esse é o caso do Ministério do Planejamento, do Escritório de Pesquisas Econômicas, do Conselho Nacional de Geografia, da SUDENE e da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai.

Arquitetou-se, por outro lado, a instituição das regiões metropolitanas, buscando-se a coordenação integrada de ações interessando aos municípios pertencentes a cada região metropolitana.

A referência teórica, quer para o desenvolvimento regional, quer para o urbano, se pautou, em grande parte, por duas referências. A primeira, dizendo respeito à discussão de modelos aplicativos, fazendo com que es-

tudos econométricos de crescimento urbano e regional tivessem importância e ocupassem profissionalmente investigadores no planejamento. A segunda referência relaciona-se à Teoria dos Polos de Crescimento, de Perroux (1973), que teve grande influência no discurso dos organismos de planejamento. Enfim, planejar de forma racional o crescimento urbano e a descentralização econômica era o novo desafio naqueles anos.

Em 1973 foram instituídas, por decreto federal, oito regiões metropolitanas no Brasil e, no ano seguinte, acrescentou-se mais uma. Essas regiões metropolitanas foram as de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. A essas se acrescentou a do Rio de Janeiro depois da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro<sup>2</sup>.

Essas metrópoles deveriam impulsionar o desenvolvimento irradiando-o pelo território e, dentre essas, aquelas metrópoles do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) deveriam arrefecer seu crescimento como uma das medidas que contribuiriam para superar as mazelas de uma urbanização avassaladora.

O alcance da influência de cada metrópole estava relacionado diretamente ao seu grau de importância na economia brasileira. Podia-se, assim, hierarquizá-las segundo o seu grau de influência. Essa compreensão tinha como fundamento a teoria dos polos de crescimento de Perroux, que grande influência teve no planejamento urbano e regional daquela época.

A teoria dos polos de crescimento entende que o crescimento econômico não surge em todos os lugares e que a partir de certos pontos do território se pode dinamizar uma região. Um polo de crescimento tem, portanto, a capacidade de irradiar o desenvolvimento numa dada região e para isso requer uma rede de circulação viária que possa estabelecer os fluxos entre o polo e a região.

Convém chamar a atenção para o seguinte fato: essa teoria coloca a indústria motriz como a principal geradora de um polo de crescimento e considera que segundo a influência econômica de cada polo se estabelece uma hierarquia entre eles, compreendendo desde polos internacionais até regionais e centros locais. Essa ideia de hierarquia dos polos de crescimen-

<sup>2</sup> A instituição das regiões metropolitanas se deu pela Lei Complementar Federal n. 14 de 8 de junho de 1973. Com a Constituição Federal de 1988 a atribuição da institucionalização das regiões metropolitanas passou a ser de competência dos estados da federação. Hoje, temos 28 regiões metropolitanas que envolvem 393 municípios (GROSTEIN, 2004).



to encontra suas raízes no trabalho de Duncan et alli (1960) sobre a hierarquia das regiões metropolitanas.

Foi a teoria dos polos de crescimento, como dissemos, a grande inspiradora dos planos de desenvolvimento urbano e regional. Ela orientou uma grande parte dos projetos de desenvolvimento naquele período. Buscou-se identificar, no território brasileiro, as cidades e áreas que poderiam se constituir em polos de desenvolvimento com a finalidade de orientar políticas. As regiões metropolitanas ganharam destaque porque se colocaram como polos estruturadores do ordenamento territorial.

Hoje em dia, pensar o desenvolvimento urbano e regional em termos dessa teoria encontra sérios limites. Mesmo sem nos referirmos à questão fundamental, que é a do papel do Estado e de sua ação centralizadora, que hoje em dia é completamente diferente dada a agenda neoliberal, as ideias de um polo ser dinamizado, sobretudo por uma indústria motriz, e a ideia de uma estrutura hierárquica entre o local, o regional, o nacional e o internacional não se aplicam mais. Isso porque na ideia de indústria motriz residem aspectos que a produção flexível superou e que, igualmente, se apresentam dinamizadores do território. Algumas das características da indústria motriz são a separação distinta dos fatores de produção e a decomposição técnica das tarefas, aspectos esses que a produção flexível deita por terra e, nem por isso, comprometem a capacidade dessas indústrias dinamizarem o território.

Por outro lado, a clássica hierarquia: metrópole regional, nacional e internacional igualmente é superada, já que se torna muito difícil hierarquizar os fluxos de relações de cada uma delas. Não é demais lembrar que pode haver intensos fluxos entre o local e o global, que comprometem a ideia de que a densidade de relações internacionais é exclusividade dos níveis superiores da hierarquia urbana.

Estamos falando da teoria dos polos de crescimento, mas o discurso do governo se referia a polos de desenvolvimento. Em Perroux está bem nítida a diferença entre crescimento e desenvolvimento. Esse autor denomina os polos com capacidade de irradiar crescimento econômico de polos de crescimento, e não de polos de desenvolvimento. Alerta dizendo que o crescimento diz respeito à capacidade de gerar riqueza, enquanto que desenvolvimento significa a incorporação do crescimento às mudanças sociais.

Sem dúvida nenhuma a instituição dos chamados polos de desenvolvimento se constituiu num elemento importante na busca da racionalidade

técnica por parte dos órgãos de planejamento e, também, um instrumento de controle do crescimento econômico por parte do Estado. Acima de tudo, foi um paradigma de um planejamento centralizador e tecnocrático.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, a busca pela descentralização industrial, que contou com subsídios estatais e várias formas de incentivos fiscais, fundada na ideia de indústrias motrizes, repercutiu no crescimento industrial de algumas áreas, mas significou também o fechamento de muitas indústrias regionais que não puderam fazer frente à chegada de fábricas, sobretudo de São Paulo, com padrão técnico e organização da produção mais avançados. No final, os resultados das políticas de desenvolvimento regional se mostraram muito aquém do esperado e o esforço em promover polos de desenvolvimento não se traduziu na diminuição das desigualdades regionais do país<sup>3</sup>.

Nas regiões metropolitanas a atuação setorial do planejamento via habitação, transportes e saneamento se desenvolveu separadamente, o que não é desejável. Por outro lado, a desconsideração desses setores pela instância metropolitana não permitiu um desenvolvimento que integrasse cada uma dessas políticas de forma coordenada. Talvez aí resida o nó górdio da gestão metropolitana, que persiste até os dias atuais: um estranhamento de cada política setorial em relação às demais. Em outros termos, esse é um aspecto não superado, em que as políticas setoriais pouco dialogam entre si.

Nas metrópoles do Sudeste, na porção mais rica do país, muito embora os planos de desenvolvimento tivessem colocado como prioridade a contenção do seu crescimento, essas metrópoles continuaram a se expandir, via mercado de terras, quer formal ou informal. Além do mais, a instituição das áreas de proteção aos mananciais, como parte de uma política de regulação do uso e ocupação do solo, se traduziu na proliferação de favelas nessas áreas e na posse dessas terras pelos chamados loteamentos clandestinos relacionados aos estratos da população sem capacidade de participarem do mercado formal de terras para suprirem suas necessidades de habitação.

No final dos anos 1970 estava claro que se havia superestimado a capacidade de atuação do Estado e, ao mesmo tempo, se subestimado a ação de agentes situados fora do controle estatal.

<sup>3</sup> Em 30 anos, o Nordeste, objeto de muitos planos de desenvolvimento, não apresentou resultados positivos. A participação da renda *per capita* do Nordeste, que era de 40,2% em 1949, se reduziu para 35,1% em 1978 (LENCIONI, 1992, p. 87).

A subestimação dos agentes situados fora do controle estatal era uma realidade que não podia ser ocultada. Esquecidos muitas vezes nos textos procedentes da administração pública, apareciam cada vez com mais frequência nos textos dos pesquisadores acadêmicos. Muitos desses trabalhos se referiam às questões fundamentais para se pensar o urbano. Dentre essas questões cabe destacar: 1) a questão de como os diversos atores e seus interesses agem sobre o urbano; 2) a da inserção do migrante rural nas grandes cidades; a da proletarização do trabalhador do campo decorrente da capitalização das relações sociais nas atividades agrárias; 3) a do crescimento das favelas e a das condições de vida urbana.

Progressivamente vai ganhando força a ideia de que a cidade se constitui num produto da dinâmica capitalista com suas contradições imanentes. Sob forte influência de interpretações inovadoras, procura-se, então, analisar muito mais como as coisas são do que decretar como a realidade deveria ser, como aparecia nos planos de desenvolvimento.

A cidade é vista como um produto social e se busca relacionar o processo de reprodução do capital ao de produção do urbano. Nos anos 1980 os temas da renda fundiária, das formas de moradia, dos equipamentos e meios de consumo, da segregação urbana e dos movimentos sociais ganham destaque.

Em relação ao desenvolvimento regional, face aos baixos resultados dos planos de desenvolvimento, a questão regional perde sua base institucional, que é a de se colocar como projeto político e como questão de Estado. Como decorrência, os organismos de planejamento regional perdem verbas, influência e poder. O tema regional, de tradicional reconhecimento acadêmico, aparece, então, como caduco *sem o ser*, como um tema obsoleto.

Quanto à questão urbana, as instâncias institucionais referentes à gestão metropolitana perdem força e poder. Distancia-se mais ainda o sonho de um planejamento metropolitano integrado.

O aprofundamento da crise nos anos 1980, não só econômica e social, mas também fiscal e do próprio Estado, acaba repercutindo numa redução expressiva dos investimentos. Está, portanto, aberto o espaço para que o capital, por meio do mercado, oriente de maneira onipotente o desenvolvimento urbano e regional.

Uma nova realidade se apresenta. Um mundo desiludido, um mundo neoliberal onde os processos de globalização alteram profundamente as atividades produtivas, as relações entre os lugares e a vida cotidiana e, em

especial, o Estado. A teia de relações entre os lugares não pode ser mais pensada em termos de uma hierarquia entre o local, o regional, o nacional e o internacional. Os fluxos e as relações se dão independentemente dessa hierarquia, e o que era visto como internacional passa a ser global, uma vez que o crescimento dos grupos econômicos e das empresas oligopolistas não permite mais, pela estrutura que os compõem, pelos lugares envolvidos e pelos complexos e múltiplos fluxos que desenvolvem entre si, o estabelecimento da contraposição clássica entre nacional e internacional.

O poder dos grandes grupos econômicos, ao submeterem, como nunca antes, o poder do Estado-Nação, emerge com força hegemônica na reestruturação do território. As últimas duas décadas do século XX e os anos mais recentes, anos de desregulação financeira e de revolução na telemática que expandiram a mobilidade geográfica do capital em escalas e intensidades jamais vistas, conhecem profundas mudanças estruturais, que ao implicarem mudanças das condições gerais de reprodução social do capital acabaram por alterar os fatores de atração das cidades e das regiões conduzindo à reestruturação de algumas e à marginalização de outras.

O final do século XX e o início do XXI se constitui num período em que novos processos emergem e há profundas alterações nas relações sociais. Muitos desses processos estão diretamente relacionados à dinâmica territorial, como é o caso do processo social de metropolização do espaço a exigir novos aportes teóricos para a compreensão da dinâmica metropolitana e regional contemporânea. Uma nova realidade se impõe e se faz urgente a necessidade de revisão de teorias, bem como a audácia de se criar novas referências de análise que permitam compreender as dinâmicas atuais.

Terminamos o século XX com a maioria da população vivendo em cidades e com graves problemas urbanos. Da cidade vista como polo de desenvolvimento e da crença no planejamento urbano tecnocrático chegamos à cidade vista como um produto social inserida numa nova lógica da reprodução do capital, num contexto de refluxo da ação do Estado.

Terminamos o século XX com a imperiosa necessidade de nos reformularmos para encontrar respostas aos novos desafios. Pensar a metrópole nos dias atuais nos conduz à necessidade de novos aportes teóricos. Dentre as várias referências que nos ajudam a compreender a nova realidade urbana, queremos destacar o processo de metropolização do espaço, que, a nosso ver, pode elucidar várias indagações sobre as mudanças na dinâmica urbana que temos vivenciado.



## A metrópole no contexto da globalização

Estamos vivendo um novo contexto cujo processo dominante é o de metropolização do espaço. Isso não significa dizer que não conhecemos mais o processo de urbanização. Este continua a transformar o território, no entanto a *determinação* do momento atual reside mais no processo de metropolização do que no de urbanização.

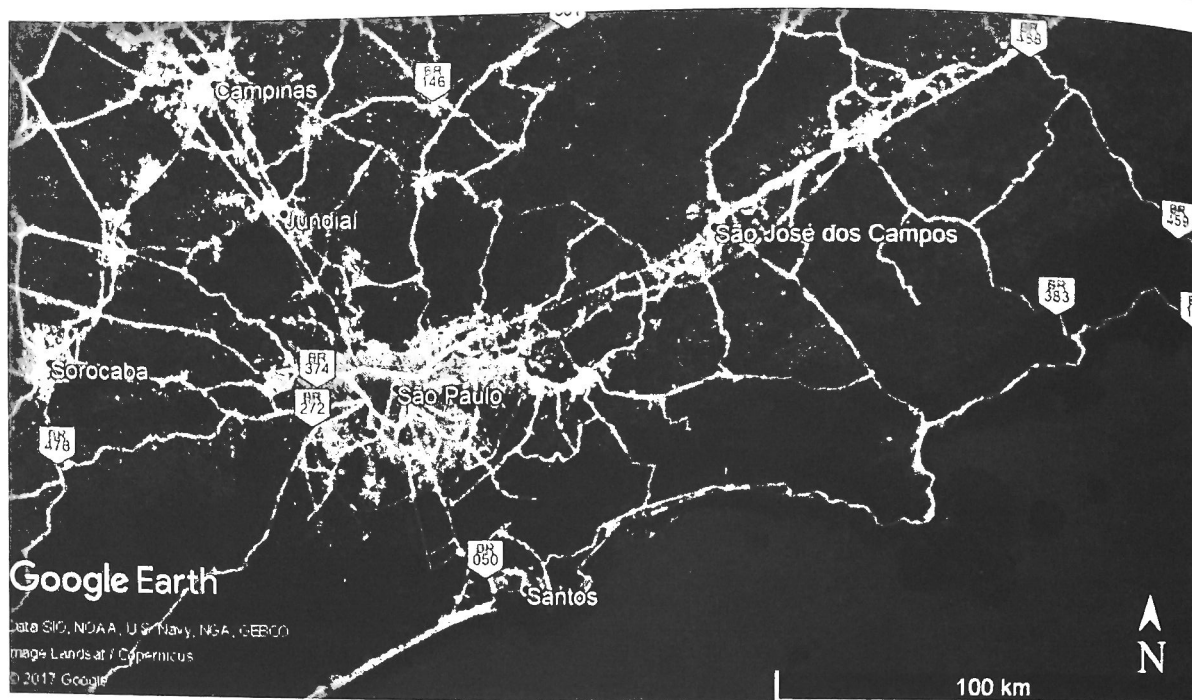
O processo de metropolização corresponde a um momento mais avançado do processo de urbanização e se constitui numa *determinação histórica* da sociedade contemporânea associada à reestruturação capitalista. Esse processo é uma determinação histórica porque se coloca como condição, meio e produto fundamental para a reprodução social contemporânea. A metrópole contemporânea, a que exprime o momento mais avançado da urbanização, a que revela uma nova época, é condição para a reprodução do capital, mas é também um meio utilizado para a reprodução do capital e, ainda, um produto do próprio capital. Nesse sentido, é precisamente uma condição, meio e produto do momento da reprodução cuja determinação reside no capital imobiliário e financeiro<sup>4</sup>.

Para Ascher (1998), o processo de metropolização se constitui num processo que transforma profundamente as formas de territorialização da economia. E, diríamos ainda, num certo sentido ele exprime uma pós-urbanização que, segundo Ferrier (2003), anuncia uma novidade radical na história da civilização. Em síntese, o processo de metropolização demarca uma nova época que emerge da dinâmica da economia global, que produz um novo tipo de metrópole.

Esse novo tipo de metrópole tende a apresentar não só características semelhantes a outras metrópoles, mas até paisagens muito semelhantes, independentemente de sua localização. Mostram, também em comum, um processo de expansão territorial da região metropolitana. O exemplo de São Paulo é significativo, pois o aglomerado metropolitano alcança grande extensão territorial, com cerca de 200 quilômetros a partir do seu centro, o município de São Paulo. Nesse imenso aglomerado metropolitano, vários municípios apresentam-se conurbados e torna-se difícil, num percurso pelas rodovias, sabermos exatamente em que município estamos (Figura 1).

<sup>4</sup> A discussão sobre determinação é bastante expressiva em Vadè (1992).

Figura 1. Aglomerado metropolitano de São Paulo. Uma cidade-região.



Nesse aglomerado metropolitano, pequenas cidades apresentam hábitos e representação de valores urbanos até então exclusivamente relacionados ao viver na metrópole. Além do mais, as relações entre as cidades no interior desse aglomerado não obedecem à lógica de priorizar as relações internas entre as cidades. É comum, então, ocorrer relações intensas com cidades mais distantes do que com as próximas, sobretudo quando as mais próximas ficaram à margem do processo de metropolização.

Esse aglomerado metropolitano, fragmentado em cidades, como se fosse um arquipélago, constitui uma região, precisamente uma região metropolitana de outro tipo, que não pode ser confundida com a região metropolitana relacionada aos processos de industrialização e urbanização típicos do século XX. Nessa região já não se tem claramente distintos a cidade e o campo, os limites entre o rural e o urbano, entre o agrário e o industrial e nem entre o intraurbano e o interurbano. Nessa cidade-região os movimentos pendulares cotidianos entre o morar e o trabalhar em cidades distintas se constituem numa de suas principais características.

Essa cidade-região se conformou como um espaço socialmente produzido especificamente como produto do processo de metropolização do

espaço relacionado à reestruturação produtiva recente. Aí é o império dos grandes grupos econômicos estruturados em empresas-rede, ou seja, em empresas organizadas em redes, em malhas que tecem retículas entre si e entre os lugares. As características dessas empresas-rede são: 1) divisão de trabalho flexível; 2) tendência à flexibilização nos contratos de trabalho; 3) terceirização, quer relativa à força de trabalho, quer relativa às fases do processo produtivo; 4) externalização de atividades não estratégicas.

❖ Não se trata mais da indústria motriz como principal agente da atividade industrial fabril e de conformação do urbano, que caracterizou o século XX. Essa empresa-rede, cabe observar, tem a característica de mais ancorar no território do que criar raízes, posto que está sempre disposta a migrar para outras paragens que apresentem maiores vantagens. O que, em síntese, significa dizer que a empresa-rede tem pouco enraizamento no território, situação oposta à das indústrias motrizes.

❖ Não só essas empresas-rede tecem uma miríade de fluxos entre os lugares. Todas as atividades mais significativas se situam num complexo sistema de redes. A densidade dos fluxos de comunicação torna essa região próxima de lugares distantes, enquanto lugares vizinhos podem conhecer poucas relações entre si. Isso significa que a antiga ideia de primazia de relações entre o polo e sua região encontra limites nessa nova realidade. Por outro lado, as redes imateriais, como as redes digitais de informação e comunicação, tornam próximo o que é distante.

❖ Essa é a realidade contemporânea onde o processo de metropolização e a transformação da metrópole herdada indicam profundas metamorfoses da emergência de um novo momento histórico. Uma realidade em que a cidade-região surge como produto da metropolização do espaço regionalizando-o e indicando que a metropolização e regionalização possuem unicidade. Tal como a industrialização e o crescimento urbano se apresentavam, anteriormente, como processos duplos.

❖ Forma-se, assim, uma região que não foi produzida por algum localismo nem por um plano tecnocrático ou por um projeto político assentado numa racionalidade técnica referida a uma teoria, como anteriormente, quando o planejamento territorial induziu a formação de polos de desenvolvimento e configurou regiões.

❖ Essa cidade-região expressa de maneira contundente o que Smith disse a respeito das transformações atuais, muito embora não tenha se referido à cidade-região. Ele afirma que estamos vivendo uma “nova escala de pro-

cessos e relações sociais que suplanta as antigas relações entre a comunidade, o urbano, o regional, o nacional e o global” (SMITH, 2002, p. 430).

No núcleo dessa cidade-região, na metrópole de São Paulo, estão concentrados os serviços mais avançados do Brasil. Aí estão as maiores empresas de consultoria e auditorias financeiras e se aglomeram as maiores empresas de serviço de acesso à Internet. No ano 2000, na cidade de São Paulo foram instaladas 267 empresas de serviço de acesso à Internet, denominadas de empresas *pontocom*, número esse que vem crescendo exponencialmente<sup>5</sup>.

É em São Paulo que se localiza a maior bolsa de valores da América Latina, a BOVESPA, significando abundante oferta de capital de risco, e a BM&F (Bolsa de Futuros e Opções de Commodities), que ocupa o sexto lugar no mundo em volume de contratos negociados. Aí também estão situadas 63% das sedes dos grupos transnacionais que atuam no país<sup>6</sup>. E, ainda, mais da metade das maiores corretoras de valores, as maiores operadoras de crédito e metade das maiores empresas de seguros<sup>7</sup>.

Segundo pesquisa publicada na Gazeta Mercantil, a cidade de São Paulo concentra o maior potencial de consumo do país.<sup>8</sup> É esse potencial que permite compreender o fato desta cidade concentrar o maior número de cinemas, teatros, salas de espetáculos, museus, bares e restaurantes do país. A quase totalidade das salas de cinema pertence a três redes transnacionais – Cinemark, UCI e Hoyts –, que faturaram 69 milhões de dólares no ano 2000. Investimentos transnacionais também se fazem presentes nas salas de espetáculo, a exemplo do Credicard Hall. Esses simples exemplos indicam as transformações pelas quais vem passando a cidade decorrente da internacionalização da cultura.

Local por excelência das feiras de negócios e exposições, São Paulo é a maior cidade de turismo de negócios da América do Sul. Correlativamente, há uma expansão do número de hotéis e *flats* da cidade, que vêm conhecendo enormes transformações, quer pela presença marcante de grandes

<sup>5</sup> Os dados relativos às empresas *pontocom* provêm da pesquisa elaborada pela empresa de consultoria Cushman & Wakefield Semco (TUNES, 2004, p. 151).

<sup>6</sup> Idem, p. 151.

<sup>7</sup> Idem, p. 152.

<sup>8</sup> Segundo pesquisa de Florezano Marketing para a *Gazeta Mercantil*, em 2000 (apud TUNES, 2004, p. 152).



capitais transnacionais, quer pela alteração na localização desses empreendimentos. A localização dos hotéis e *flats*, que praticamente era concentrada no centro velho, passou para o centro expandido (região da Avenida Paulista) e, atualmente, tem escolhido os bairros de Pinheiros e Jardins, bem como a Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini e a Avenida Nações Unidas (Marginal do Rio Pinheiros).

São Paulo é também um importante centro de inovação, de pesquisa e de universidades, o que significa uma concentração de trabalhadores relacionados à produção imaterial, que produzem ideias, conselhos, juízos e valores. Por isso é que a cidade de São Paulo se traduz como um lugar de difusão de normas de comportamento.

O aspecto mais significativo das transformações metropolitanas diz respeito às profundas alterações imobiliárias. Antecipando-se em 30 anos, Lefebvre (1970a) mostrou a importância crescente do setor imobiliário, que controla o mercado de terras e constrói a cidade, defendendo a tese de que *a urbanização iria suplantar a industrialização enquanto força motriz da expansão capitalista*<sup>9</sup>. Desse ponto de vista, é possível compreender por que o processo de metropolização é acompanhado de renovação urbana. De um lado, porque a renovação se constitui numa estratégia central de competição entre as cidades por investimentos transnacionais e, por outro, porque se constitui numa estratégia da produção imobiliária internacional<sup>10</sup>.

O processo de metropolização significou, também, o desenvolvimento acentuado da segregação no interior da cidade-região, fazendo contrastar, mais fortemente, a produção de bairros cada vez mais elitizados ao lado do crescimento de cortiços e favelas cada vez mais empobrecidos (Figura 2). A segregação social e espacial própria da metrópole contemporânea é muito mais acentuada do que da metrópole vinculada ao processo de industrialização e urbanização anterior. Por isso, o grau de desafios que coloca não permite postergar soluções, que ninguém as têm, é verdade, mas que é preciso buscar e planejar.

<sup>9</sup> Lefebvre (1986).

<sup>10</sup> Pereira (2004).



Figura 2. Edifício de luxo e Favela Paraisópolis



Foto: Tuca Viera, 2004. In: CAMPOS, C. M.; GAMA, L. H.; SACCHETTA, W., 2004.

## Conclusão

A metrópole no contexto da globalização, aquela que exprime uma nova época, é uma realidade que faz com que o arcabouço teórico da teoria dos polos de crescimento, que foi o paradigma de um planejamento centralizador e tecnocrático, encontre certos limites.

A ideia de área de influência de uma metrópole, circunscrita segundo a abrangência regional, nacional e internacional, não pode ser aplicada com todo o rigor. Também, a coesão interna da chamada área de influência se fragmentou e a questão da hierarquia urbana – em termos de hierarquia metropolitana – não resiste mais às crescentes relações entre o global e o local.

Em outros termos, embora possamos dizer quais são as metrópoles mais importantes de um país, não nos é mais permitido, pelas transformações havidas, pensarmos numa hierarquia urbana como no passado. Isso porque passamos de um sistema urbano hierarquizado para um sistema



urbano de cidades em redes. Essa nova forma significa, por exemplo, que as metrópoles regionais não têm mais uma dinâmica restrita a um espaço fechado, mas a um espaço mundializado onde elas tecem relações por meio de infinitas e complexas redes. O regional, o nacional e o internacional se apresentam no capitalismo contemporâneo de uma outra forma, revista pela globalização.

De certa maneira, podemos afirmar que cada metrópole se coloca como um aglomerado que integra as anteriores escalas: regional, nacional e internacional. Uma integração que se dá de forma anastomosada, ou seja, que se une a outras por meio de complexas e inúmeras ramificações anastomosadas. Essas ramificações não estabelecem uma estrutura hierárquica piramidal e arborescente, típica das hierarquias urbanas tradicionais. Por isso, não é mais pertinente pensarmos em termos de local, regional, nacional e internacional como no passado, uma forma de pensar que tanta influência teve na comunidade geográfica e no planejamento urbano e regional.

A realidade contemporânea, cabe reiterar, conhece uma metamorfose do processo urbano e industrial que tão bem marcou o século XX. O contexto já não é mais do desenvolvimentismo, mas de proclamação do Estado mínimo, que deixa no passado o projeto que fez da política urbana e regional o fio condutor das políticas públicas.

A metamorfose do processo urbano diz respeito ao processo de metropolização do espaço, que está intimamente relacionado à reestruturação produtiva que faz da metrópole um instrumento primaz da reprodução do capital, devido à nova relação que se desenvolve entre o capital imobiliário e financeiro.

Por isso, afirmamos: a metrópole contemporânea expressa a sobrevida do capitalismo. Sua compreensão exige a produção de conhecimento por meio de novas chaves teóricas para abrir a caixa de segredos que é o real.

Há o novo, mas há, também, a continuidade de processos e metamorfose dos atributos da metrópole. É aí que devemos centrar o olhar, buscando compreender a dinâmica atual da metrópole contemporânea: o que ela tem de permanência e o que tem de novo.

Esse novo desafio posto pelo real exige a construção de aportes teóricos e novos conceitos. Esse foi o intuito desse texto, de destacar o conceito de metropolização como fundamental para se pensar a metrópole contemporânea. Como foi, também, a intenção de mostrar que referências teóricas

importantes do passado têm que ser renovadas para que possam continuar a serem instrumentais na compreensão da nova realidade.

Os conceitos atualmente utilizados são múltiplos, como o de região metropolitana expandida, complexo metropolitano expandido, cidade-arquipélago, cidade-região e metápolis. Essa diversidade apenas indica a necessidade de maiores reflexões e análises.

Viver "na carne" as dúvidas nas reflexões não deixa de causar um certo desconforto intelectual, contudo, devemos ter em mente que essas dúvidas têm o grande mérito de impulsionar o pensamento, além de não nos permitir esquivar dos desafios do conhecimento.